

A ESTRATÉGIA DE DEFESA DOS EUA PARA AS AMÉRICAS NA ERA DA DOUTRINA MONROE 2.0

A Estratégia Nacional de Defesa dos EUA para 2026 revitaliza a Doutrina Monroe; Washington reassegura sua influência no Hemisfério Ocidental através de defesa ativa, controle estratégico e responsabilidade de aliados, visando combater a expansão de potências externas.

Marco Antonio de Freitas Coutinho*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

INTRODUÇÃO

A Estratégia Nacional de Defesa dos Estados Unidos para 2026 apresenta uma reinterpretação firme e atualizada da tradicional Doutrina Monroe, formulada no século XIX para impedir a influência de potências externas no Hemisfério Ocidental. Ao longo das últimas décadas, esse princípio perdeu centralidade na política externa americana, seja pela dispersão de prioridades globais, seja pelo avanço de atores extra-continentais em áreas sensíveis das Américas. A chamada Doutrina Monroe 2.0, articulada por meio do chamado “Corolário Trump”, busca restaurar esse eixo histórico e adaptá-lo às ameaças

contemporâneas. Nesse contexto, a estratégia de defesa para o hemisfério enfatiza a proteção ativa dos interesses dos Estados Unidos, o controle de terrenos estratégicos e a responsabilização dos aliados regionais.

DESENVOLVIMENTO

A nova Estratégia Nacional de Defesa (END), publicada neste início de 2026, estabelece que os Estados Unidos defenderão seus interesses no Hemisfério Ocidental de maneira ativa e destemida. Essa postura se traduz na disposição para conduzir ações rápidas e precisas contra ameaças diretas. A Operação ABSOLUTE RESOLVE realizada para capturar o presidente venezuelano Nicolás Maduro, é apontada pela END/EUA 2026 como um símbolo da prontidão militar existente no âmbito das Forças Armadas norte-americanas para enfrentar o narcoterrorismo e outras formas de violência transnacional. A lógica central é impedir que qualquer ator, estatal ou não estatal, comprometa a segurança americana ou a estabilidade regional.

Mas um dos pilares mais importantes da estratégia é a garantia de acesso militar e comercial a terrenos estratégicos. Neste sentido, a Groenlândia, o Golfo da América e o Canal do Panamá são identificados como pontos essenciais para o controle de rotas marítimas, a projeção de poder e a proteção das linhas de comunicação e comércio.

A Doutrina Monroe 2.0 afirma que os Estados Unidos não permitirão que potências extra-continentais, especialmente a China, ampliem sua influência sobre esses locais. O objetivo declarado não é dominar ou humilhar adversários, mas impedir que qualquer país seja capaz de dominar os Estados Unidos ou seus aliados.

Outro elemento fundamental é o compartilhamento de responsabilidades com aliados regionais. A estratégia deixa claro que Canadá e México têm papéis centrais na defesa hemisférica. O Canadá deve fortalecer suas defesas aéreas, antimísseis e submarinas, enquanto o México é chamado a intensificar o combate ao narcoterrorismo e à migração ilegal. Países da América Central e do Sul também são incentivados a combater organizações criminosas transnacionais e a impedir que potências externas ampliem sua presença em áreas estratégicas. A mensagem é direta: os aliados devem agir por seus próprios interesses de segurança, e não como

um favor aos Estados Unidos.

A Doutrina Monroe 2.0 se articula com a lógica mais ampla da estratégia *America First*, que prioriza ameaças reais e concretas, evita ambições globais desnecessárias e busca garantir segurança e prosperidade de forma sustentável. Embora a dissuasão da China no Indo-Pacífico seja uma prioridade global, a estratégia reconhece que o Hemisfério Ocidental permanece o núcleo vital da segurança americana. A presença crescente de adversários na região, da Groenlândia ao Canal do Panamá, é vista como um risco direto à estabilidade hemisférica e ao acesso dos Estados Unidos a áreas estratégicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estratégia Nacional de Defesa dos Estados Unidos para as Américas na Era da Doutrina Monroe 2.0 representa uma redefinição profunda da postura hemisférica norte-americana.

Tendo o Hemisfério Ocidental permanecido às margens das estratégias de segurança nacional e defesa dos EUA durante grande parte do período pós-Guerra Fria, seu retorno ao centro do interesse nacional pelas mãos do governo Trump constitui uma ruptura significativa. Trata-se de uma guinada que recoloca as Américas no núcleo da visão estratégica de Washington, em contraste com décadas de dispersão global e negligência regional.

Ao combinar elementos históricos com uma visão extremamente pragmática, a nova estratégia de defesa define de forma inequívoca o papel dos Estados Unidos como potência central no Hemisfério Ocidental e estabelece mecanismos claros para preservar essa posição.

A defesa ativa, o controle de terrenos estratégicos e a responsabilização dos aliados formam um conjunto coerente que busca restaurar a estabilidade regional e impedir a expansão de influências adversárias.

Absolutamente alinhada à Estratégia Nacional de Segurança de 2025, a Estratégia Nacional de Defesa de 2026 reafirma que a Doutrina Monroe 2.0 não é apenas uma referência simbólica ao passado, mas um instrumento operacional para moldar o ambiente estratégico das Américas no século XXI.

Por meio do reforço da presença militar e da exigência de maior comprometimento dos parceiros regionais em áreas como controle de migrações e combate ao narcoterrorismo, os Estados Unidos procuram garantir que o hemisfério permaneça seguro, estável e alinhado aos seus interesses fundamentais.

Ao mesmo tempo, essa postura projeta sobre os vizinhos continentais um conjunto de expectativas e obrigações que redefinem o equilíbrio político e militar no hemisfério. A Doutrina Monroe 2.0, portanto, não apenas reorganiza prioridades, mas redesenha o próprio mapa das responsabilidades estratégicas nas Américas.

Diante disso, emergem questões que permanecem em aberto e que determinarão o alcance real dessa nova orientação estratégica.

No nível global, o estabelecimento explícito de uma esfera de influência norte-americana nas Américas abrirá espaço para que Rússia e China reivindicuem, de forma simétrica, suas próprias zonas de influência em seus entornos estratégicos?

No plano econômico, até que ponto investimentos europeus, chineses e russos em setores como infraestrutura, energia e mineração serão tolerados sem gerar tensões ou retaliações?

No nível regional, qual será o papel reservado às Forças Armadas dos países latino-americanos e caribenhos nesse novo cenário? Serão limitadas ao combate a crimes transfronteiriços, como migração ilegal e narcotráfico, ou haverá espaço para uma cooperação mais ampla e equilibrada?

No nível político interno norte-americano, essas políticas sobreviverão no caso de eventuais mudanças políticas nos EUA?

Essas perguntas mostram que a Doutrina Monroe 2.0 inaugura uma nova fase, mas seu futuro ainda é incerto. Mais do que isso, essa nova fase deverá, desde já, abrir um profundo debate. Alinhadas, as novas Estratégia de Segurança Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa norte-americanas abrem um ciclo de redefinições estratégicas cujo impacto ainda está em construção.

O futuro das Américas dependerá não apenas da capacidade dos Estados Unidos de sustentar essa visão, mas também da forma como os demais atores regionais e extra-regionais responderão a ela.

****Marco Antonio de Freitas Coutinho** é coronel da reserva do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. Coutinho é pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). Pode ser contatado pelo e-mail: marccoutinho@hotmail.com. Acompanhe seu trabalho também pelo Substack: <https://substack.com/@marccoutinho>.*
